

Situação de vulnerabilidade crítica na Terra do Meio

O Grupo de Trabalho de Consolidação Territorial da Rede Terra do Meio denuncia a situação de vulnerabilidade do conjunto de Áreas Protegidas que configuram a Terra do Meio, Altamira, Pará.

Com 7,9 milhões de hectares cobertos de forma contínua por Áreas Protegidas, a Terra do Meio é considerada, nacional e internacionalmente, uma barreira fundamental contra o desmatamento da Amazônia. Com efeito, desde 2005 até 2011 constatou-se uma redução expressiva nas taxas de desmatamento na região, redução que é interpretada como uma vitória do governo brasileiro.

No entanto, existem sinais claros de uma reversão nessa tendência. São eles:

- Aumento substancial de estradas clandestinas na fronteira noroeste da Terra do Meio;
- Alarmante intensificação da extração ilegal de madeira no interior de certas Áreas Protegidas, atingindo locais de moradia de populações tradicionais (como é o caso da RESEX Riozinho do Anfrísio);
- Manutenção, por parte de grupos empresariais e de fazendeiros, de posses em terras públicas (inclusive muitas já embargadas pelo poder público) no interior de Unidades de Conservação e Terras Indígenas;
- Episódios de extrema violência envolvendo organizações criminosas confrontadas pelo controle territorial de áreas de floresta no interior da Terra do Meio;
- A existência, evidenciada por estudos recentes, de 17 vetores de degradação que constituem ameaças à integridade territorial da TM e objetivam a apropriação irregular de terras e recursos da floresta.

Esses sinais corresponderiam a uma nova onda de degradação da floresta amazônica, caracterizada por: (i) a exploração ilegal dos seus recursos com rapidez e alcance inéditos; (ii) a adaptação do modelo exploratório de maneira a burlar os mecanismos de monitoramento e fiscalização governamentais (por exemplo, imagens de satélite de baixa e média resolução); (iii) a integração dos grupos madeireiros com as estruturas políticas locais, o que dificulta a repressão e a autuação dos mesmos.

Em consequência do exposto e tendo em vista a percepção unânime das populações locais, dos pesquisadores e das instituições públicas expressamos nossa profunda preocupação em relação à integridade territorial da Terra do Meio e solicitamos a adoção urgente de medidas destinadas ao seu controle e regularização. Entre outras ações necessárias, as mais importantes seriam:

- A execução de operações de fiscalização e repressão aos crimes ambientais efetivas, precedidas de um trabalho de inteligência e planejamento estratégico, objetivando o desmonte dos grupos criminosos envolvidos;
- O reforço dos órgãos públicos atuantes na área (IBAMA, ICMBio, SEMA, FUNAI, Polícia Federal e INCRA) especialmente no que tange recursos humanos e capacidade de atuação em campo;
- A desintrusão dos ocupantes não indígenas da Terra Indígena Cachoeira Seca, com atenção aos posseiros de boa fé, para que possam ter uma realocação digna e consensual;
- O aumento da presença institucional em pontos estratégicos, incluindo a instalação de postos de vigilância permanentes, postos de saúde, centros de formação, etc.;
- O apoio às iniciativas de monitoramento participativo comunitário;
- A atuação coesa e efetiva do INCRA nos Projetos de Assentamento limítrofes à Terra do Meio (principalmente Areia, Paraíso, Campo Verde e Placas), para neutralizar os grupos que utilizam esses locais como base de apoio na extração ilegal de madeira, e garantir a fixação de agricultores familiares.

Altamira, a 30 de junho de 2012

Grupo de Trabalho de Consolidação Territorial da Rede Terra do Meio:
Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Instituto Socioambiental – ISA
The Nature Conservancy – TNC
Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade - ICMBio

